

trabalha mais com a cabeça, um como gerente, engenheiro, técnico etc. outro como capataz, um outro como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante -, temos que mais e mais funções da capacidade de trabalho se incluem no conceito imediato de trabalhadores produtivos, diretamente explorados pelo capital. Se se considera o trabalhador coletivo, de que a oficina consiste, sua atividade combinada se realiza materialmente e de maneira direta num produto total que, ao mesmo tempo, é um volume total de mercadorias; absolutamente indiferente que a função de tal ou qual trabalhador – simples elo desse trabalhador coletivo – esteja mais próxima ou mais distante do trabalhador manual direto.

Hoje, se há uma redução do operariado fabril nos países desenvolvidos, constata-se que a maioria da população e, por conseguinte, dos trabalhadores encontra-se nos países periféricos, onde se situa, inclusive, um processo de industrialização e expansão do seu correspondente operariado, apesar dos recentes tropeços neoliberais das últimas décadas.

A grande maioria da população, no capitalismo, é constituída pelos trabalhadores, que, estruturalmente, dependem da venda da força de trabalho, têm menor participação na renda, e influenciam menos o local de trabalho e a sociedade. “A classe trabalhadora das indústrias, nos países capitalistas, certamente é muito menos numerosa do que já foi; mas as pessoas empregadas em cargos administrativos, de serviços e em muitos outros são trabalhadores assalariados e fazem parte da classe trabalhadora, quer se vejam como tal, quer não.” (MILIBAND, 2000, p. 38-40). A classe trabalhadora tomou-se mais fragmentada, heterogênea e complexa. Uma das divisões da classe consiste na realidade de uma minoria, com trabalho intelectualizado ou mais qualificado, polivalente, multifuncional, de um lado, e a grande massa de trabalhadores precarizados, dequalificados. Conforme uma noção ampliada de classe trabalhadora, são incorporados nesse conjunto os trabalhadores produtivos e improdutivos (segundo o conceito de Marx: produtivos ou não de mais-valia), os assalariados em serviços e os proletários rurais, os trabalhadores precarizados e os desempregados (ANTUNES, 2001, p. 25 e 28). Na visão ampla, estendida aos serviços, Marx falava que são produtivos, por exemplo, uma cantora e um professor contratados por empresários com o objetivo de ganhar dinheiro.

MUDANÇAS NO PROCESSO PRODUTIVO

Antunes (2001, p. 22) destaca as metamorfoses representadas pelo toyototismo, pela flexibilização produtiva e pelo avanço tecnológico. Com o toyotismo, há maior segmentação da demanda, maior heterogeneidade da produção, trabalho em equipe e “polivalente, *just in time*, *kanban* e terceirização.

Aoyama e Castells, sem nenhuma menção ao capital e seus interesses e lógica, com uma abordagem centrada em uma forma de determinismo tecnológico, dizem que nos países desenvolvidos surgiu uma sociedade informacional, transformando os perfis ocupacionais e a distribuição do emprego, a partir das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Assim, o novo paradigma tecnológico seria baseado em atividades em informação em vez de produtos, maximizando-se a produtividade baseada no conhecimento através da difusão das tecnologias de informação. Estaria em curso uma mudança de modelo: da industrialização dirigida pelo Estado (Japão) para a economia empresarial sustentada no capital de risco, na lógica competitiva e em novo aparato institucional, corporativo e de meios de comunicação. Isso representaria uma tendência à superação da distinção entre modelos anglo-saxão e teuto-nipônico. O país mais avançado em termos de TIC seriam os EUA.

Entretanto, diante da onda de desemprego e das ocupações de baixos salários na atualidade, Aoyama e Castells sacam um argumento simplista: há uma defasagem entre as atividades de processamento de informações e a geração de emprego centrado em informação. Só isso: uma defasagem. Festeja-se a chamada nova economia, afirmando-se que a tecnologia da informação converteu a mudança tecnológica em crescimento econômico.

Essa chamada nova economia, contudo, não se expressava no conjunto dos setores econômicos fundamentais, e atuou como se fosse um ciclo tecnológico, em determinado momento, apenas nos Estados Unidos, sem conseguir ser uma substituição para o papel e a importância da indústria manufatureira. Mantém-se uma taxa de produtividade baixa no conjunto da economia norte-americana. Isso tudo ficaria claro com o colapso da bolsa da Nasdaq e a recessão de 2001 a 2003 nos Estados Unidos.

Metade dos empregos em TIC's concentram-se nos EUA, isoladamente, mas isso corresponde somente a 6,1% do total de empregos neste país. A Áustria tem baixos gastos em TIC's, mas teve uma taxa de crescimento do emprego maior do que nos EUA, entre 1987 e 1994. No G-7, os EUA têm a maior desigualdade na distribuição de renda, nos anos 1990, confirmando um movimento desencadeado em fins dos anos 1970. No Japão, onde se preserva um peso importante no emprego na indústria manufatureira e registram-se 30% de empregos em operários e operadores em diversos setores, o quintil mais rico tem a renda média 2,84 vezes maior do que o quintil mais pobre, enquanto nos EUA essa diferença era de 10, 43 vezes em 1999.

FLEXIBILIZAÇÃO

A proposta da flexibilidade do mercado de trabalho não se confirmou como uma solução para a crise do desemprego, como evidencia a trajetória das duas últimas décadas no mundo. A flexibilização proposta deveria incidir na contratação, uso e remuneração da força de trabalho. A jornada dependeria do fluxo momentâneo dos negócios, os contratos deveriam assumir diversas formas enfatizando o caráter temporário, seria suprimida a proteção do emprego, o salário mínimo seria suprimido ou tornado inexpressivo, os direitos de representação dos trabalhadores seriam restringidos, as negociações coletivas de salários deveriam ser evitadas e o direito de greve seria letra morta. O raciocínio era que as leis trabalhistas elevavam os custos salariais das empresas, comprimindo lucros, prejudicando os investimentos e, por conseguinte, a produtividade e competitividade, além de causar inflação, penalizando os próprios assalariados e desorganizando a economia. O ambiente protegido, pelas leis de seguridade social, não empurrava o indivíduo a ofertar a sua força de trabalho, elevando-se, assim, as estatísticas de desemprego.

Propagou-se, nos anos 1980 e 1990, a idéia de que a rigidez do mercado de trabalho europeu seria a causa do seu alto desemprego, enquanto o mercado norte-americano seria flexível com baixo desemprego. Entretanto, os diversos mercados nacionais na Europa têm desempenhos também diferentes. Por exemplo, há uma enorme variação do desemprego: de 1,8% na Suíça para 19,7% na Espanha, no período de 1983-1996. Na Áustria, Alemanha Ocidental, Noruega, Portugal, Suécia e Suíça existiam, entre os anos 1980 e a primeira metade dos anos 1990, as menores taxas de desemprego na Europa, sem a chamada flexibilidade nos seus mercados de trabalho, enquanto na Inglaterra, com o mais flexível mercado de trabalho na Europa, registravam-se altas taxas de desemprego.

Mas, não são as características específicas do mercado de trabalho, unilateralmente, que geram desemprego. A existência do desemprego é uma decorrência da natureza da dinâmica da economia capitalista - com concentração e centralização, concorrência e monopólios, inovações tecnológicas, flutuações do investimento e crises periódicas. Trata-se de uma dinâmica guiada pela taxa de lucro e não pela satisfação das necessidades sociais. Nos 25 anos crescimento econômico e lucros excepcionais, do pós-segunda guerra mundial, avançaram a proteção social e os direitos trabalhistas, nos países desenvolvidos, direitos estes conquistados pelo movimento operário e também viabilizados pelos temores burgueses em torno da guerra fria, sem que os mecanismos institucionais do mercado de trabalho gerassem desemprego.

A flexibilização das relações de trabalho decorre de uma lógica societal destrutiva do capital em que se busca freneticamente a redução do trabalho vivo, através do desemprego de grandes massas da população, além da precarização. Afirma-se até mesmo que a desregulamentação do mercado de trabalho deixou a classe trabalhadora acuada (MARQUES, p. 69).

É possível uma síntese no sentido de que o alvo imediato da flexibilização e do conjunto de medidas de ataque ao trabalho foi o salário, e de que o desemprego foi o principal meio para impor a rebaixa salarial, com a busca da recuperação dos lucros. É também possível dizer que esse desemprego em massa desencoraja a militância, faz cair o número de greves. Apesar das adversidades, não há apatia, não cessam as ações sindicais, os trabalhadores continuam protestando, levantando suas reivindicações.

CONSTRUÇÃO DA RETOMADA DA OFENSIVA SINDICAL

O mundo do trabalho, desde os anos 1970, atravessa uma crise, com importantes repercussões no movimento operário e sindical. O Brasil não está a salvo disso, considerando-se, inclusive, que, aqui, convivem desestruturação histórica do mercado de trabalho e fortes tradições políticas conservadoras dominantes.

Hoje, globalmente, chama a atenção diversos aspectos do mundo do trabalho (ANTUNES, p. 24-25): diminuição do proletariado fabril estável, aumento do novo proletariado, do subproletariado fabril e de serviços (terceirizados, sub-contratados, ocupados em tempo parical ou trabalho temporário, imigrantes, trabalhadores submetidos ao desemprego estrutural), incremento e precarização do trabalho feminino (mais de 40% dos trabalhadores nos países desenvolvidos), aumento dos assalariados médios e de serviços, exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho sem mecanismos sociais e previdenciários, expansão do trabalho social combinado (ver citação de Marx acima).

Evidentemente, essas mutações têm impacto sobre as organizações sindicais. Além disso, essa realidade contraria as ilusões sobre a participação dos trabalhadores na democracia capitalista, na gestão do capitalismo. Para viabilizar o ataque ao trabalho, o neoliberalismo, nos países avançados, difundiu a imagem do ameaçador poder sindical. Na verdade, os sindicatos não têm um poder de monopólio sobre as condições de oferta da força de trabalho, como os liberais apregoam, prevalecendo, uma assimetria estrutural entre capitalistas e trabalhadores no funcionamento do mercado de trabalho.

Os sindicatos, em um plano social mais amplo, significam pouco como restrição à liberdade de decisão e ao poder oligárquico do capital. Os jornais e as emissoras de TV sustentam permanente combate aos sindicatos e às greves, classificadas como badernas morais, exemplares de violência, corporativas face à sociedade, corrosivas do desenvolvimento econômico. Não existe esse poder sindical, como alegaram, por exemplo, no Brasil, no passado, acusando-se o governo Goulart de tentativa de implantação de uma chamada república sindicalista. As greves, sobretudo no setor público, no chamado inverno da insatisfação, em 1978/9, foram apontadas como prova do poder fora de controle dos sindicatos na Inglaterra, conforme a deturpada campanha que levou Thatcher à vitória eleitoral.

Assim, há ausência de participação, influência sindical nos meios de comunicação de massas, na universidade, na vida cultural. As condições para o exercício de greve são objeto de constante disputa.

Então, como falar, hoje, em ofensiva sindical, dada a adversidade patente?

A verdade é que falamos da construção das condições dessa ofensiva sindical, apoiando-se da existência de um governo democrático, de caráter de centro-esquerda no Brasil, da crítica ao fracasso neoliberal (aqui, na América Latina etc.), de uma reanimação da resistência mundial à globalização neoliberal, e, sobretudo, da perspectiva de radicalização dos conflitos sociais em um país com o grau de urbanização e industrialização, envolvido em explosiva miséria, como é o Brasil hoje. Aqui, na recuperação da luta sindical cabe uma responsabilidade maior para as categorias que tenham, por circunstâncias específicas, maior poder de pressão.

Um governo progressista deve ter uma atitude realista, dada a realidade econômica, e de negociação, diálogo, com os sindicatos em relação às políticas de emprego e de salários. Isso é o oposto da atual tendência neoliberal de acentuação das condições desfavoráveis ao trabalho, ainda prevalecente na quase totalidade dos governos no mundo. Entretanto, não há jeito, as desigualdades profundas e os interesses opostos conduzem ao conflito endêmico no sistema capitalista, agravado pelo neoliberalismo, e levam às irrupções como a greve de dezembro de 1995 na França, as greves dos trabalhadores coreanos em 1997 e 1998, além de outras formas de confronto como as jornadas do MST no Brasil.

Os sindicatos são organizações de resistência e de oposição ao capital. Os sindicatos tornaram-se organizações irreversíveis como instrumento de defesa dos interesses econômicos imediatos dos trabalhadores no capitalismo. Os trabalhadores organizam-se nos sindicatos porque sua condição de classe, dada sua posição no processo produtivo, defronta-se inevitavelmente com problemas concretos de salários, jornada de trabalho, condições de trabalho. Assim, impõe-se objetivamente a organização sindical, desde a revolução industrial, a partir da Inglaterra, até a gestão estatal social-democrata, até o desenvolvimentismo e industrialização em alguns países periféricos. Na fase atual de globalização econômica e financeira, neoliberalismo e reestruturação produtiva, cabe aos sindicatos perseverar na resistência às velhas e novas formas de aumento da exploração dos trabalhadores.

Sem resvalar para a natureza política geral, própria do partido político, os sindicatos precisam se articular, para desempenhar o papel de canais de expressão das opiniões e reivindicações dos trabalhadores no plano mais geral da sociedade. Além dos problemas salariais e das condições de trabalho, a ação sindical não pode escapar de abordar questões mais amplas como tem ficado claro na experiência brasileira, em relação aos planos de estabilização monetária e de combate da inflação, à soberania nacional e à forma de inserção na economia mundial (aberturas comercial e financeira), à intervenção do Estado na economia (quebra dos monopólios públicos e privatização de empresas estatais, política industrial), à política monetária (juros abusivos e crédito bancário escasso para a produção), à questão fiscal (absurda prevalência de tributação regressiva que é anti-valorização do trabalho, corte de gastos sociais etc.)

É importante a participação dos sindicatos junto às administrações públicas locais progressistas em relação ao fortalecimento das pequenas e médias empresas em associação com a geração de emprego e defesa dos direitos trabalhistas e sociais. Isso deve ser compatibilizado com o papel de fiscalização dos sindicatos sobre a administração pública, nas diversas esferas, do ponto de vista dos interesses progressistas gerais.

A criação de uma nova fase do sindicalismo envolve grandes esforços: medidas para unir os diversos setores da classe trabalhadora hoje mais heterogênea, articulação das reivindicações, convergência para lutas centralizadas nacionalmente, maior participação das bases na vida das entidades, a organização no local de trabalho, aumento do número de sindicalizados, organizar e apoiar decididamente os episódios de greves.

Os sindicatos são indispensáveis organizações para, juntamente com outros movimentos sociais, desenvolver vigorosa mobilização pelo programa de valorização do trabalho no âmbito do neodesenvolvimentismo no Brasil.

GOVERNO LULA E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO

Sobretudo depois da queda da União Soviética, a burguesia força a difusão da convicção de que não há saída em face da ordem capitalista. Isso se desdobra na idéia de inevitabilidade da orientação neoliberal na economia. O que o movimento operário e sindical tem a dizer sobre isso, o que podem e devem fazer para construir uma contra-hegemonia? Na atual situação brasileira, com um governo de centro-esquerda, os sindicatos, mantendo sua autonomia, podem desenvolver esforços, contribuindo para combater o predomínio das idéias neoliberais e direitistas. Isso só pode ser feito através da elevação do trabalho e da democracia participativa ao patamar dos critérios da definição dos rumos do país. Essa perspectiva não incorpora nenhuma ilusão, na atual conjuntura política brasileira, de ameaça ao imenso poder do capital. Entretanto, - independentemente de fatores imediatos e da questão do governo Lula, um governo obviamente que só pode levar seu programa até os limites da social-democracia -, à esquerda e ao movimento operário é de vital importância reconstruir a confiança das massas na alternativa socialista. em um projeto renovado, em uma democracia efetiva.

Os limites globais de qualquer governo social-democrata são evidentes: a propriedade privada e a natureza e papel do Estado. Então, a empreitada do neodesenvolvimentismo no Brasil é difícilíssima, envolvida por limites e possibilidades. O neoliberalismo, além de ser negação da política neoliberal, deve ser algo positivo, um projeto. A nova orientação política geral deve se pautar por novos valores, nova sociabilidade referenciada no trabalho.

Em que terreno há que se tratar do projeto neodesenvolvimentista, quais são as bases estruturais da economia brasileira? Em que condições, há que se lutar pelo programa de valorização do trabalho. No Brasil, foi construída, historicamente, uma estruturação econômica com a ausência de grupos (conglomerado de empresas) nacionais ao lado do domínio das multinacionais nos setores dinâmicos, embora tenha sido fundamental a criação do setor produtivo estatal, especializado em bens intermediários. A história foi muito diferente em outros lugares. O Japão tem os keiretsus e ativas política industrial e comercial. A Coréia do Sul tem os chaebols e os planos quinquenais. A Alemanha teve a associação entre bancos e indústrias, sob forte proteção alfandegária. No Brasil, o setor bancário especializou-se em obter lucros vertiginosos - apesar da recessão da economia - com a dívida pública, inclusive com operações de arbitragem a partir de captações externas (ampliando a vulnerabilidade externa do país).

As corporações estrangeiras, largamente implantadas no Brasil, tomam decisões unilateralmente, com nenhuma ou pouquíssima interferência da política do Estado. São decisões que condicionam o desempenho da economia e afetam o emprego e o salário de grandes massas trabalhadoras. No fundo, é a propriedade e o controle privados que impõem a prevalência dos interesses do capital, inclusive estrangeiro, sobre os interesses dos trabalhadores. Agravando esse quadro, com a privatização dos anos 1990, o Estado brasileiro encontra-se sem as empresas estatais, instrumentos valiosos para uma ação mais direta e eficaz na condução da economia, a exemplo de políticas diversas como de investimentos, de desenvolvimento tecnológico e de emprego e salários.

O grande processo de industrialização no Brasil ocorre ao lado da constituição de uma das sociedades mais injustas do mundo, polarizando o capital e o trabalho, de modo extremado. Hoje, o neodesenvolvimentismo deveria buscar a combinação das tarefas nacionais, democráticas e sociais, simultaneamente herdando e criticando, isto é, superando o anterior modelo de industrialização, sem descurar do repúdio à política neoliberal. Neste sentido, um aspecto decisivo tem sido a exigência dos sindicatos e dos movimentos sociais de desenvolvimento com valorização do trabalho.

Marx considerava que a acumulação - com os reinvestimentos da mais-valia - configurava uma tendência de expansão e concentração do capital. Kalecki dizia que os capitalistas ganham o que gastam e os trabalhadores gastam o que ganham. Keynes julgava os investimentos, componente da demanda, como o fator decisivo na dinâmica da economia de mercado. Portanto, não há, sobretudo na crônica estagnação brasileira, como separar investimentos e valorização do trabalho.

A queda dos investimentos e da produção significa queda do emprego e dos salários, além do encolhimento da massa de arrecadação tributária com impactos negativos em políticas redistributivas. É claro que, hoje, o crescimento econômico, por si só, já não gera emprego, por conseguinte salários, como antes, considerando as mudanças na gestão e organização do processo de trabalho ao lado de aparatos de inovações tecnológicas, além das variadas medidas de redução de custo em prejuízo da força de trabalho. Ainda neste capítulo de ressalvas, há que se considerar problemas mais gerais do capitalismo contemporâneo, o que também afeta a economia e o trabalho no Brasil. Esses problemas gerais estão associados à depressão crônica, no diagnóstico de Mészáros, a superprodução global de manufaturados, na interpretação de Brenner, à tendência de queda da taxa de acumulação, do crescimento e da produtividade, nas últimas três décadas,

conforme a análise de Husson, e a retomada dos gigantescos déficits comercial e público e endividamento dos Estados Unidos, principal economia do planeta.

No Brasil, os investimentos são travados por diversos fatores, a exemplo de: baixa relação crédito/ PIB, juros altos, recursos públicos parasitados por elevadas dívidas, ausência de planejamento econômico, centros de decisão empresarial no exterior, estagnação econômica.

Essa valorização consiste em emprego, salários, condições de trabalho, distribuição de renda. Essa é uma grande e dura luta, confrontando com os interesses relativos à renda, ao poder. Há uma distribuição mais estrutural que limita e condiciona as políticas redistributivas. Trata-se da distribuição dos meios de produção, para a burguesia, e, por conseguinte, o despojamento do proletariado. Essa é uma distribuição prévia, constante. Se o capitalismo hoje se parece cada vez mais com o sistema descrito por Marx, então cabe lembrar a lei geral da acumulação capitalista: massa crescente de meios de produção, maior produtividade do trabalho, menor dispêndio de força humana; métodos de aumento da mais-valia, aumento da dominação e exploração dos trabalhadores; incorporação da ciência, degradação do trabalho; desenvolvimento das forças produtivas, criação do exército industrial de reserva e miséria crescente do exército ativo.

Presbich, à frente da CEPAL, pregava a industrialização, com o Estado à frente, na América Latina, supondo que com a modernização na estrutura econômica haveria uma ação, através da operação do mercado de trabalho, que resultaria, espontaneamente, na satisfação do que ele proclamava como o objetivo econômico, que era o bem-estar da população. Esse prognóstico não se confirmou, sobretudo no Brasil. Então, o programa da valorização do trabalho tem possibilidades, mas tem grandes limites, que, ingenuamente, não devem ser ignorados, especialmente, conhecendo-se a realidade de efetiva miséria absoluta de grandes massas no Brasil. Assim, a valorização do trabalho deve combinar crescimento econômico e políticas redistributivas ofensivas (reforma agrária, recuperação do salário mínimo etc.), sob forte, autônomo e combativo movimento de massas. Sem isso, não vai.

CRÔNICA ANUNCIADA

Hoje, no Brasil, a limitada – porém necessária - capacidade de orientação governamental e até mesmo de certa margem de uso de incentivos fiscais para os investimentos estratégicos defronta-se com a persistência da oposição oferecida pelo modelo neoliberal. O principal problema – a vulnerabilidade externa – mantém-se como uma espada de Dâmocles sobre o país. O passivo externo ultrapassa US\$ 400 bilhões, dos quais conta-se uma dívida externa de quase US\$ 250 bilhões, com muitos vencimentos de curto prazo. A tendência é a piora desse quadro em razão da grande desnacionalização dos anos 1990, e a crescente corrente de remessa de lucros e dividendos para o exterior. Mantém-se a taxa de juros elevada, tentando-se evitar os recorrentes episódios de fugas de capitais e ataques especulativos contra a moeda. Essas altas taxas de juros afetam as contas públicas, inviabilizando os investimentos públicos em infra-estrutura e os gastos sociais. Mantém-se a escolha política de insistir com a liberalização financeira externa, recusando-se fanaticamente qualquer medida, em qualquer grau, de controle sobre os fluxos de capitais especulativos, de curto prazo, de controle sobre o processo de endividamento, e sequer cogita-se o mínimo: a identificação e registro das operações da conta CC-5.

A sabedoria econômica do Ministério da Fazenda, no governo Lula, consiste no superávit primário, nas metas de inflação e no câmbio flutuante, a partir do prestimoso aconselhamento do Fundo Monetário Internacional.

Como era previsível, neste momento, primeiro semestre de 2004, a perspectiva de certa elevação da taxa de juros nos Estados Unidos, em uma conjuntura de crescimento nesse país, com refluxo de capitais para Wall Street, já liquida com as supostas vitórias de indicadores financeiros da equipe econômica comandada pelo ministro Palloci. Desmancha tudo, apesar da crise recessiva do ano passado, com imensos sofrimentos para os trabalhadores, com desemprego e queda da renda. Aquilo, os considerados bons indicadores, foram obra das entradas de capitais externos atraídos pelos imensos juros brasileiros. A importante melhoria na balança comercial não repercutiu na elevação das reservas, que continuam extremamente minguadas, em tomo de R\$ 20 bilhões. O ambiente de liquidez financeira externa favorável não foi aproveitado para a adoção de medidas de proteção da economia. Indagamos cadê a estabilidade hoje, como perguntamos ontem onde estava a economia estável frente aos casos de crises financeiras e cambiais em 1995, 1997, 1998, 1999, 2001 e 2002. E não adianta o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles repetir o tempo todo que o Brasil está preparado para os abalos internacionais, assim como FHC, Malan e Serra diziam, em 1995, que o Brasil não era o México. Voltam a disparar o risco país, sobe o dólar, retoma a ameaça de inflação se houver repasse da desvalorização do real e se os preços do petróleo internamente acompanharem a alta internacional.

Quem disse que em 2004 o Brasil se desvencilhava do FMI? Agora, as turbulências financeiras trabalham pelo prolongamento dessa indesejável companhia. O FMI continuou monitorando a nossa economia, por causa da escolha eminentemente política, da opção deliberada, do governo Lula de renovar o acordo, no

final de 2003, cercando a economia por todos lados: corte de gastos, superávit, juros altos, paralisia dos investimentos públicos, liberalização financeira. O resultado era esperado, evidente.

HÁ ALTERNATIVA

Quem quiser pode se iludir. Mas a verdade é que o Brasil tem imensas dificuldades para destravar os investimentos, retomar o crescimento, valorizar o trabalho, sem mudar de modelo econômico, sem retomar o papel do Estado na economia. O começo da mudança verdadeira não tem como evitar o enfrentamento de dois problemas-chaves: o controle da conta de capitais e a reestruturação das dívidas interna e externa. Sem isso, é só ilusão, ou aposta na solução do mercado como tem sido feito, essencialmente, hoje.

Wilson Cano (2003) faz uma indicação de eixos de um novo modelo: soberania nacional na condução da política econômica, política de crescimento da renda e do emprego, distribuição da renda e justiça social, crescimento econômico poupador e gerador de renda, expansão e maior valor agregado nas exportações, substituição das importações e recomposição de determinadas cadeias produtivas, contenção do financiamento externo e renegociação da dívida externa, reformulação do sistema financeiro nacional, voltando para expansão do crédito.

Por fim, cabe dizer que a combinação de diversas causas do aumento do desemprego, inclusive a reestruturação produtiva e as inovações tecnológicas, acentua o acerto da longa luta histórica dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho. Vale lembrar que em plano totalmente distinto, no projeto pós-capitalista, Marx já falava na redução da jornada de trabalho como uma condição para sair da determinação da vida social pela necessidade para uma fase de liberdade, para o desenvolvimento pleno das capacidades humanas.

Neste momento, além da luta imediata pela redução da jornada, sem redução de salários, caberia exigir algumas outras medidas necessárias, totalmente distintas, por exemplo, da reforma da previdência. Seriam mecanismos tanto para fazer os jovens ocuparem-se com os estudos retardando seu ingresso no mercado de trabalho, quanto para fazer a antecipação da aposentadoria, com a redução da idade mínima. Os serviços públicos, a exemplo de educação e saúde, deveriam ser ampliados, gerando emprego e melhorando as condições sociais para a maioria trabalhadora. Tudo isso se opõe ao raciocínio neoliberal, como se segue: redução da jornada e antecipação de aposentadorias aumentariam os custos, favorecendo a inflação; despesas públicas com educação, saúde e ampliação de serviços sociais, com maior contratação de funcionários, somente criariam dificuldades para a economia, dada a ineficiência intrínseca dos gastos sociais e da máquina pública, resultando em carga tributária bloqueadora dos investimentos privados e da competitividade.

Este é um momento decisivo da vida brasileira. O que ocorrer agora terá grande repercussão futura. O Brasil é um dos mais importantes países do mundo e há uma significativa expectativa e inquietação com o governo Lula. Nessas circunstâncias, é bem vinda a luta social pelo programa de neodesenvolvimentismo e valorização do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANTUNES, Ricardo. As metamorfoses no mundo do trabalho. In: GOMES, Álvaro. (Org.). O trabalho no século XXI: considerações para o futuro do trabalho. São Paulo : Anita Garibaldi. Salvador : Sindicato dos Bancários. 2001.
- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro : Guanabara, 3ª ed., 1987.
- DRUCK, Graça. Qualificação, empregabilidade e competência: mitos versus realidade. In: GOMES, Álvaro. (Org.). O trabalho no século XXI: considerações para o futuro do trabalho. São Paulo : Anita Garibaldi. Salvador : Sindicato dos Bancários. 2001.
- MARX, Karl. Capítulo sexto (inédito).
- _____. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857 ~ 1858. México : Siglo Veintiuno. 13ª ed., vol. 2, 1997.
- _____. O Capital. Livro primeiro, tomo 2. São Paulo : Nova Cultural, 1988.
- MILIBAND, Ralph. Socialismo e ceticismo. Bauru, SP : EDUSC; São Paulo : Fundação Editora da Unesp, 2000.

**A CENTRALIDADE DO TRABALHO REFLETIDA NA CONSTRUÇÃO DA
RETOMADA DA OFENSIVA SINDICAL E DO NEODESENVOLVIMENTISMO**

Renildo Souza*¹

A luta pela valorização do trabalho é a resposta necessária, crítica e positiva, ao destrutivo ataque ao trabalho desferido pela política neoliberal há mais de duas décadas no mundo. O programa de redução das desigualdades sociais colide frontalmente com a trajetória contemporânea de desmonte da regulação estatal sobre a economia, do corte dos gastos e dos serviços sociais, de financeirização. Em vez de considerar benéfica a desigualdade social, considerar natural o egoísmo individualista, cabe afirmar os valores, as idéias da solidariedade, da justiça social, por meio da luta concreta de valorização do trabalho em face do capital. Não se trata de mera luta econômica imediata, trata-se de compreender e afirmar a verdade objetiva da centralidade do trabalho para a vida social.

No caso do Brasil, o programa de valorização do trabalho vincula-se ao projeto neodesenvolvimentista de reorganização do Estado, de relançamento da economia, de afirmação da soberania, de ampliação da democracia. A questão central é a seguinte: sem um processo de mudanças efetivas na distribuição da renda e da riqueza, o neodesenvolvimentismo é uma falácia absoluta. Assumir esse tipo de neodesenvolvimentismo é a única possibilidade de sucesso do governo Lula. Essa concepção de neodesenvolvimentismo e a sua valorização do trabalho estão associadas à construção e manifestação de um grande movimento de massas no Brasil, inclusive com a decisiva participação dos sindicatos.

Em um amplo quadro mundial, constata-se a origem do programa de ataque ao trabalho nos anos 1970. De onde surge o apelo a se recorrer, do ponto de vista do capital, ao emprego de inovações tecnológicas, às práticas destrutivas do trabalho na reestruturação produtiva e aos ataques neoliberais aos sindicatos e às conquistas sociais? Por que isso ocorre? Não se trata, obviamente, de um raio em céu azul. A explicação encontra-se contexto econômico, político e social do mundo nos anos 1970, com a crise de estagflação, o colapso do sistema de Bretton Woods, a derrota dos Estados Unidos no Vietnã e o questionamento de sua hegemonia, o movimento da periferia por sua participação em uma nova ordem de superação do subdesenvolvimento, a crescente militância dos trabalhadores e o avanço dos diversos movimentos sociais. Foi nessas condições que se tornou possível a Revolução dos Cravos, a qual completou 40 anos, no mês passado.

A reação multifacética a esse quadro perigoso para as classes dominantes, a resposta à crise estrutural do capital, desdobrou-se desde o local de trabalho, ao Estado e às relações internacionais. Combinaram-se mudanças, em diversos planos, recorrendo-se ao padrão produtivo do toyotismo e da acumulação flexível, à desregulação e privatização neoliberal da gestão estatal, à globalização econômica e financeira, à ofensiva política conservadora e ao recuo programático da social-democracia. Em particular, nos interessa aqui as mudanças no capitalismo contemporâneo com impacto no mundo do trabalho.

A coexistência entre os padrões produtivos fordista e toyotista, ao lado ou a despeito da expansão progressiva deste último, resulta em importantes mudanças no processo de trabalho, com impacto na composição da classe trabalhadora. Cresceu o peso de formas de ocupação precária, como trabalho parcial e trabalho temporário, subcontratação, ao lado da própria precarização do trabalho, com a degradação das condições de trabalho.

As inovações tecnológicas permitem o aumento da produtividade social do trabalho, reduzindo o emprego, sem compensação de geração de vagas em novos setores. A atualização profissional e a qualificação são importantes, mas a qualificação, por si só, não garante o emprego. Além disso, o conceito de qualificação é polêmico, quando se registra o crescimento do desemprego de pessoas muito qualificadas ou com maior escolaridade, quando as empresas exigem níveis de escolaridade sem correspondência com as ocupações, quando se registra a reorganização produtiva implicando a desqualificação de grandes contingentes de trabalhadores. Diante da onda de desemprego, aparece o conceito de empregabilidade, em que o indivíduo é culpado pela desocupação porque não teria uma qualificação consentânea com as exigências postas pelas novas tecnologias e a globalização.

1

* Renildo Souza é mestre em economia e doutorando em administração pela UFBA.

521-1053

CENTRALIDADE DO TRABALHO

Muito além dos problemas de qualificação e empregabilidade, há argumentos de que o próprio trabalho teria perdido sua centralidade, a classe trabalhadora estava desaparecendo. Perdera validade a teoria valor-trabalho, a lei do valor já não é critério de avaliação do produto, o trabalho abstrato já não seria a força estruturadora da sociedade. O trabalho já não teria significado relevante na vida das pessoas. O trabalho deixou de ser necessidade vital, eterna do homem. Teria perdido significado a meta do trabalhador aspirar obter sentido de realização através do trabalho.

Habermas vincula o que ele chama de esgotamento da utopia da modernidade ao fim da sociedade do trabalho. Assim, aparecem a ameaça aos interesses da vida, a consolidação do subdesenvolvimento no Terceiro Mundo, os desequilíbrios sociais, os problemas ecológicos, a possibilidade de uso catastrófico de tecnologias. Sociedade do trabalho. A sociedade era moldada pelo trabalho abstrato. As expectativas utópicas originavam-se na esfera da produção, com a meta da emancipação do trabalho. Surgiu, nos países avançados, o Estado social, com a política do pleno emprego no pós-segunda guerra. Os limites ao Estado social decorriam da relação entre democracia e capitalismo, entre intervenção econômica estatal e liberdade das decisões de investimento das empresas. O colapso desse modelo social ocorreu porque o trabalho, a produção e o lucro perderam força na determinação da sociedade, conclui o filósofo alemão. Assim, propõe-se que em vez da referência ao trabalho, o Estado e a vida social teriam como critérios a comunicação entre os homens e a vontade coletiva democrática. É óbvia a relevância da comunicação, a importância das relações inter-subjetivas, mas Habermas, na verdade, troca a utopia baseada em um programa político de emancipação do trabalho por mera utopia ficcional.

Dizer que o trabalho abstrato perdeu a importância na sociedade, sob a dominação do capital, é admitir que esse trabalho alienado chegou ao fim, reconhecer que foi superada a relação capitalista, o que não passa de absurdo. Em vez do conceito de trabalho natural, acrítico, o trabalho é historicamente determinado. Trata-se do trabalho alienado porque seu sentido é a valorização do capital. O capital é trabalho acumulado, isto é, o capital é uma relação social. Em vez de sujeito, o homem toma-se apenas veículo de trabalho abstrato, trabalho como valor. Apesar das transformações tecnológicas, o fundamento da produção capitalista continua sendo a extração da mais-valia, que é a origem do lucro, a partir do trabalho vivo que resulta em trabalho com valor excedente em relação ao valor de reprodução da própria força de trabalho.

Como se vê, a perda da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea é argumentada em diversos terrenos. No plano da produção, argumenta-se que a ciência seria a principal força produtiva. A automação descartaria a força de trabalho. Sobre a questão da ciência, diferentemente de certas concepções contemporâneas, Marx (1997, p. 227-9) já prognosticava que:

Na medida (...) em que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza efetiva se torna menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregados, que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que, por sua vez – sua poderosa eficácia – não guarda relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas depende mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação desta ciência na produção. (...) O capital mesmo é a contradição em processo, [pelo fato de] que tende a reduzir a um mínimo o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Diminui, pois, o tempo de trabalho na forma de tempo de trabalho necessário, para aumentá-lo na forma de trabalho excedente.

A ciência é produto social, mas sua apropriação ocorre como se a sua aplicação na produção resultasse de uma força produtiva do próprio capital. Efetivamente, é impossível o processo produtivo sem o trabalho vivo, mesmo que a aplicação da ciência seja interpretada de modo exagerado, no marco do capitalismo, como uma grande proporção das formas mais modernas de automação, as quais na verdade resultaram de trabalho social já objetivado. O que há aqui é uma exacerbação – e seu inevitável corolário de contradições – daquilo que é característico e intrínseco ao capitalismo: dominação do trabalho vivo pelo trabalho objetivado e aumento da composição orgânica do capital.

O avanço tecnológico, com as máquinas, se dá em razão da busca de produtividade que na especificidade do capitalismo significa produção de mais-valia. Hoje, com a aceleração das inovações tecnológicas, a partir da microeletrônica e das tecnologias de informação e comunicação, essa específica produtividade resulta em transformações importantes no processo de trabalho e na composição da classe trabalhadora. Isso acentua ainda mais a precisão do conceito de trabalhador coletivo de Marx, no Capítulo VI, (inédito), como segue:

com o desenvolvimento da subsunção real do trabalho ao capital ou do modo de produção especificamente capitalista, não é o operário individual, mas uma crescente capacidade de trabalho socialmente combinada que se converte no agente real do processo de trabalho total, (...) este trabalha mais com as mãos, aquele